

Os migrantes indígenas do Brasil segundo o Censo Demográfico de 2010: uma análise preliminar

Marden Campos

Leandro Okamoto da Silva

Bárbara Roberto Estanislau

Ricardo Ventura Santos

Eduardo Augusto Nogueira Guimarães

Introdução

A migração de indígenas é uma temática que desperta interesse de estudiosos de diversas áreas de conhecimento. Apenas no Brasil, dezenas de textos tratando do tema foram publicados nos últimos anos, produzidos por pesquisadores de áreas como a antropologia, a história, a geografia, a sociologia e a demografia. A maior parte desses trabalhos direcionou-se para o estudo de etnias específicas e pontos localizados no território, principalmente entre os povos cuja mobilidade espacial é um aspecto característico, como os Guaranis, alvo da maior parte dos estudos sobre o tema. Por outro lado, são raras as análises que fazem referência aos padrões de migração dos povos indígenas no Brasil de forma agregada.

Os censos demográficos vêm se tornando uma das principais fontes de informação sobre populações indígenas no Brasil, principalmente para a produção de estatísticas com representatividade nacional. Desde a (re)inserção da categoria “indígena” no quesito de cor ou raça do Censo 1991¹ que o número de estudos de natureza quantitativa sobre os indígenas vem crescendo de forma significativa no País. Contudo, também são poucos os estudos que usam o censo como fonte de informação para estudos sobre migração dos

¹ A categoria “Índia” foi utilizada como opção de resposta para a cor no Censo Demográfico de 1960.

povos indígenas. A maioria da produção científica existente é de natureza qualitativa e tem no trabalho de campo, em especial nas etnografias, a principal fonte de informações sobre o tema.

O presente artigo discute as possibilidades de uso dos dados do Censo Demográfico de 2010 para estudo da migração dos indivíduos declarados como indígenas. Os recortes espaciais adotados são, além do Brasil como um todo, as áreas urbanas e rurais das Grandes Regiões geográficas. Buscamos assim contribuir para o estudo do tema a partir de uma perspectiva pouco explorada e que complementar, a nosso ver, os trabalhos de natureza localizada.

Ao mesmo tempo em que as pesquisas específicas e estudos localizados proveem informações aprofundadas que não podem ser obtidas com base em dados censitários, limitados que são pelo tamanho da amostra, os censos possibilitam conhecer padrões agregados da mobilidade indígena que não podem ser obtidos com base em levantamentos localizados. O diálogo entre estudos localizados e análises agregadas dos povos indígenas torna-se, nesse sentido, fundamental tanto para o estudo do tema como para avaliação do alcance dos dados censitários sobre migração.

O artigo está dividido da seguinte forma: após a seção inicial, que faz um breve levantamento bibliográfico sobre migração de indígenas, é feita uma problematização do Censo como ferramenta de análise de dados sobre populações indígenas. Em seguida, são apresentadas as estratégias metodológicas escolhidas para as análises. A quarta seção apresentação os resultados da análise e, na última seção, são apresentadas as considerações finais do texto.

O Censo Demográfico como fonte de informações sobre indígenas

Nas últimas décadas os Censos Demográficos vêm tornando-se uma importante fonte de informação sobre os povos indígenas. O Censo Demográfico 2010 merece destaque especial devido ao fato da pergunta sobre cor ou raça, que vinha sendo investigada apenas no questionário da amostra, passa a ser investigada para o universo da população brasileira. Além disso, nesse censo foram acrescidas perguntas sobre etnia e língua falada

no domicílio para aqueles declarados como indígenas. Outra inovação introduzida nesse Censo foi a pergunta que permite a identificação de indígenas entre aqueles que não foram declarados como indígenas no quesito sobre cor ou raça, mas que residam em terras indígenas. É importante destacar que as limitações impostas pelo tamanho da amostra, impedem que o Censo sejam utilizadas para estudos de migração de etnias específicas e regiões de pequeno tamanho populacional, sendo adequado apenas para análises de agregados populacionais.

Além de permitir conhecer diferentes características migratórias desses indivíduos, como local de nascimento, tempo de residência na localidade e local(ais) de residência em momentos anteriores ao Censo, esta fonte de informação ainda disponibiliza variáveis que permitem caracterizar o migrante e as regiões onde ele vive.

É necessária cautela no tratamento dos dados do Censo como fonte de informação sobre a migração dos povos indígenas. Inicialmente, vale ressaltar que o domicílio é a unidade de coleta do Censo Demográfico. Desse modo, é preciso que os indígenas residam em moradias cuja configuração aproxime-se do padrão de domicílio constante no questionário do Censo, além de poderem ser encontrada nesses domicílios para a entrevista. Do contrário, esse instrumento pode apresentar sérios problemas de captação, conforme destacam (PEREIRA et. al., 2009).

Ao tratarmos dos povos indígenas, não podemos ignorar que os quesitos do Censo são susceptíveis a diferentes possibilidades de interpretação por parte dos respondentes, principalmente quando envolvem indivíduos de tradições culturais distintas daquela dos elaboradores dos questionários do Censo².

As perguntas sobre migração não escapam dos problemas de interpretação. Por exemplo, a primeira pergunta desse bloco temático investiga se os indivíduos nasceram ou não no município ou na Unidade da Federação onde está sendo realizada a entrevista, e se neles “sempre moraram”. Em seguida, é perguntada a nacionalidade, a Unidade da Federação de nascimento, o tempo de residência no município e na Unidade da Federação e o local

² Como exemplo, vale destacar o caso da variável “idade”, aparentemente de captação não problemática. O trabalho de Cunha et. al. (2014) explicita os problemas de interpretação que podem influenciar na declaração da idade do Censo e, consequentemente, nos resultados divulgados. O mesmo é destacado por PAGLIARO, SANTOS e AZEVEDO (2005).

de residência em 31 de julho de 2005. A leitura desses quesitos mostra claramente que o entrevistado precisa estar familiarizado com termos como “município”, “Unidade da Federação” e “31 de julho de 2005”, além de compreender claramente os conceitos de nascimento, moradia e de tempo investigados pelo Censo. Além disso, a captação de indivíduos com situação de residência “fora do padrão”, como os trabalhadores temporários, os migrantes sazonais e aqueles que não possuem uma única residência são limitações dos dados censitários não só para indígenas mas para outros segmentos populacionais como ciganos, viajantes, indivíduos com muitas residências, estrangeiros e refugiados.

Apesar de que, certamente, parte considerável dos indígenas tenha compreendido perfeitamente o conteúdo das entrevistas, é possível que em algumas áreas a rigidez conceitual do questionário do Censo gere problemas de captação.

Dados censitários sobre migração

Embora não seja objetivo deste trabalho fazer uma crítica minuciosa da aplicabilidade do Censo para estudos demográficos dos povos indígenas, com base no que foi exposto fica claro que é preciso ter cautela na interpretação dos resultados da migração para os indígenas.

Do mesmo modo, a incerteza sobre a forma com que variáveis complexas para estudo de indígenas como as relações de parentesco, padrões de nupcialidade, condições de trabalho, rendimento ou composição domiciliar – muitas delas normalmente utilizadas em estudos sobre migração – não serão incorporados na presente análise.

Esses fatores fazem com que as análises realizadas apresentem um caráter “estrutural” das migrações de indígenas, principalmente em termos espaciais, em detrimento da análise dos condicionantes familiares ou individuais dessas migrações. Embora saibamos da importância de elementos presentes nessas escalas para a ocorrência ou não da migração, preferimos trabalhar com um recorte geográfico que nos desse maior segurança para a interpretação dos resultados.

Desse modo, apesar de não entrarmos em detalhes sobre a nomeação dos determinantes da migração de indígenas, partimos do princípio que aqueles que residiam em áreas

urbanas estavam expostos a estímulos migratórios sensivelmente diferentes do que residiam em áreas rurais. Os resultados das análises foram confirmativos dessa premissa, apesar de não ser possível, com base no Censo, avançarmos na busca de explicações para essa diferença.

Do mesmo modo, partimos do princípio de que a composição da população por idade espelharia uma série de condicionantes para diferenciar as populações quanto ao seu padrão migratório. A idade é uma das principais variáveis que influenciam na migração dos indivíduos (BORJAS, 1996; CAMPOS, 2015; DE JONG e GARDNER, 1981). A intensidade de ocorrência da migração varia profundamente com a idade, acarretando na existência de um padrão etário de migração persistentemente observado em diversas populações (ROGERS e CASTRO, 1981). Isso decorre do fato de que a força com que agem os principais estímulos migratório irá depender, em grande medida, das etapas do ciclo de vida que o indivíduo atravessa (LEE, 1966). Nesse sentido, a idade é um “marcador” social poderoso para se estudar as migrações, dado que reflete a influência de importantes determinantes da migração como a composição familiar, a inserção no processo educacional e no mercado de trabalho e as condições de saúde dos indivíduos. Logo, pensamos que a composição etária de uma população tenderia a influenciar significativamente nos padrões de migração dessa população.

Diferente do observado entre áreas urbanas e rurais, os dados analisados não confirmaram essa hipótese. Apesar de não estarmos lidando com a migração internacional no presente artigo, é importante destacar que também é possível conhecer os emigrantes nacionais e internacionais do País com base nos dados censitários. Para serem considerados migrantes, os indivíduos precisam ter residido de forma “permanente” em pelo menos um município distinto daquele em que estão sendo entrevistados em algum momento anterior à data de realização do Censo. Ou seja, “migrante” para o censo é todo aquele indivíduo que mudou de município alguma vez na vida.

Uma riqueza do Censo brasileiro para estudo de migração é a possibilidades de captação de diferentes etapas migratórias. Isso ocorre devido à variedade dos quesitos destinados ao tema no questionário da pesquisa. É possível que os migrantes sejam classificados segundo três abordagens: (1) *migrantes não-naturais*: referente às pessoas que residiam, na data de referência do Censo, em um município diferente daquele em que nasceram; (2)

migrantes de última etapa: pessoas que, na década anterior ao Censo, residiram em um município diferente daquele em que foram recenseados; (3) *migrante de data fixa*: pessoas que, cinco anos exatos antes da data de referência do Censo, residiam em um município diferente daquele em que foram recenseados. O fato de o Censo possuir as três abordagens no mesmo questionário permite o estudo de diferentes etapas migratórias, além de possibilitar o cruzamento de informações de cada uma delas.

A primeira abordagem, que trata dos naturais e não naturais dos municípios, fornece o resultado final das migrações realizadas ao longo da vida dos indivíduos. Esse quesito tem o potencial analítico reduzido dado que não indica o momento de ocorrência da migração. A falta desse indicador de tempo faz com que indivíduos residentes no município há décadas sejam tratados, segundo esse quesito, do mesmo modo que os que chegaram há apenas alguns meses ou dias. O quesito também desconsidera etapas migratórias intermediárias que podem ter ocorrido entre o local de nascimento e de residência na data do Censo. Por isso, embora seja uma forma “tradicional” de dimensionar a migração³, essa abordagem não permite a realização de análises mais aprofundadas sobre o tema.

Contudo, apesar de suas limitações, acreditamos que ela apresenta um potencial analítico importante para o estudo da não migração, ou seja, da imobilidade da população. Ao conhecermos o volume de indivíduos que nunca residiram em um município diferente daquele em que nasceram (“nunca migrantes”), podemos estabelecer importantes considerações sobre os padrões de mobilidade e imobilidade da população ao longo do tempo.

Outra abordagem possível de ser utilizada com base nos censos é a junção da informação do município de residência anterior com o tempo de residência no município atual, que qualifica os chamados “migrantes de última etapa”. Esse quesito, relativamente mais “moderno”⁴, possibilita conhecermos o local de residência anterior e o momento em que se deu a migração. Por outro lado, esse quesito não permite estimar perdas ou ganhos populacionais (saldo migratório) de uma determinada região, dado que para isso

³ Nos Censos brasileiros, por exemplo, é investigada desde 1872.

⁴ São investigados nos Censos brasileiros desde 1960, embora tenham sido direcionados apenas aos não naturais do município. Apenas a partir de 1980 foi investigado para toda a população, incluindo naturais e não naturais dos municípios.

precisaríamos saber onde o indivíduo residia no início do período de análise, o que só é possível utilizando os dados de data fixa.

A terceira abordagem, referente à migração de data fixa, investiga em que município o indivíduo residia em duas datas específicas. No caso brasileiro, o início do período é de exatos cinco anos antes da data de referência do Censo, sendo que esta última refere-se ao final do período de análise. É possível conhecer o local de residência dos indivíduos em dois momentos exatos no tempo e desse modo calcular os resultados da migração entre duas regiões nesse período. Também é possível calcular os saldos migratórios de cada localidade, ao subtrairmos os emigrantes dos imigrantes de cada região. Embora essa abordagem seja a mais “recente⁵” entre as utilizadas no Brasil e a mais simples de se utilizar, pois já incorpora tempo e espaço em uma única variável, ela é a variável que sofre o maior impacto de ser realizada de forma amostral. A restrição do quesito, de “impor” uma data exata para a condição de residência do entrevistado, faz com que o número de indivíduos captados pelo quesito seja inferior ao das outras abordagens. Nesse sentido, ficam praticamente impossibilitadas as análises para segmentos populacionais restritos e para pequenos domínios espaciais.

Como as análises desse trabalho tratarão dos dados dos indígenas por idade e região geográfica, decidimos utilizar as informações de data fixa apenas para calcular os saldos migratórios das grandes regiões do país, mostrando o impacto das migrações nos ganhos ou perdas de indígenas de cada região. A maior parte das análises será realizada com base nas migrações de última etapa (para as migrações recentes) e da condição de residência ou não no local de nascimento.

Estratégias de análise

A estratégia de análise utilizada foi a realização de várias tabulações das informações de migração do Censo, de forma comparativa, com base nos dados de não-naturais dos municípios, de imigrantes de última etapa e de data-fixa por grande região.

⁵ Faz parte do questionário do Censo Demográfico desde 1991.

Buscou-se destacar a influência da composição dos indígenas residentes em áreas urbanas e rurais das cinco grandes regiões do País com base na distribuição etária de cada uma delas. Desse modo, foram selecionados dez estratos populacionais segundo o local de residência, para o qual foram analisados os padrões de migração: Norte Urbano; Nordeste Urbano; Sudeste Urbano; Sul Urbano; Centro-Oeste Urbano; Norte Rural; Nordeste Rural; Sudeste Rural; Sul Rural e Centro-Oeste Rural. A partir disso, foi possível detectar os diferenciais de migração em cada um dos estratos e verificar em que medida se aproximavam ou se afastavam uns dos outros.

Resultados

O total de indígenas que moravam no mesmo município desde que nasceram, isto é, que nunca migraram, foi de 73,8% segundo o Censo de 2010, percentual mais elevado do que o verificado entre os não indígenas, 58,6%. Houve diferenças significativas entre os indígenas que viviam nas áreas urbanas e rurais do País. Enquanto os indígenas residentes em áreas urbanas que nunca migraram somavam pouco menos da metade da população (49,0%), entre os residentes nas áreas rurais, 89,8% dos indígenas nunca haviam migrado do município de nascimento. Entre os não indígenas esses percentuais foram de 57% e 70% para os residentes em áreas urbanas e rurais, respectivamente.

A proporção de indivíduos que nunca migraram é decrescente com a idade em todas as populações dado que, com o aumento da idade, aumenta a probabilidade do indivíduo mudar para outro município.

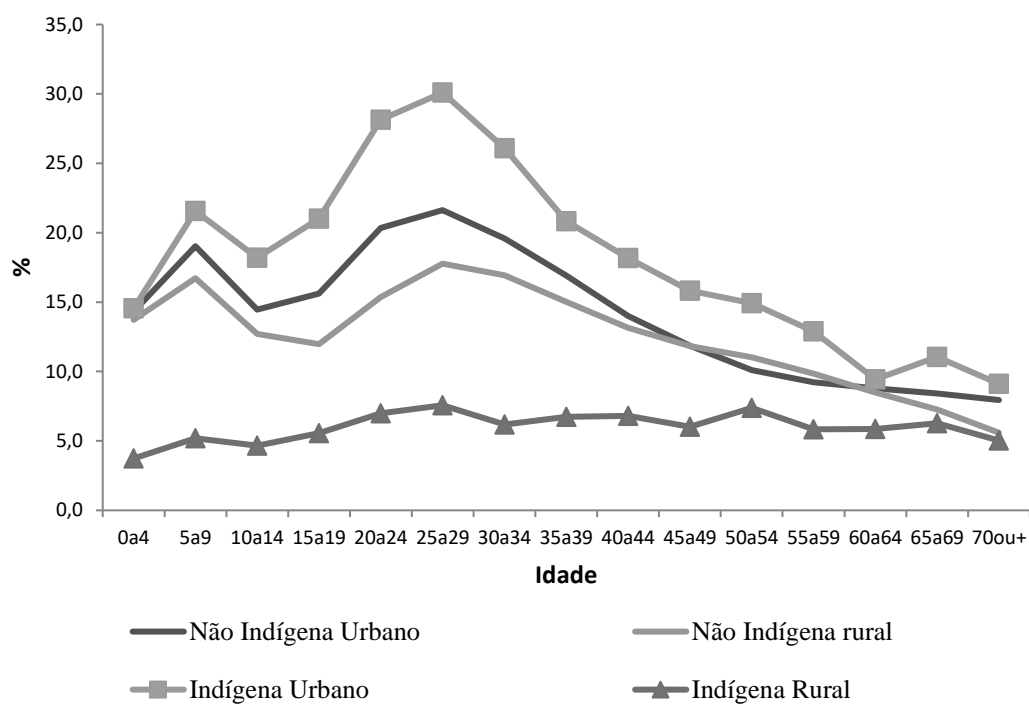
Esse fato nos levou a supor, de início, que a grande diferença de composição etária entre os indígenas residentes nas áreas urbanas e rurais respondesse por uma parcela importante da discrepância nos percentuais de nunca migrantes entre indígenas urbanos e rurais. Nas áreas urbanas, apenas 13,4% dos indígenas tinham menos de 10 anos de idade na data do Censo, ao passo que nas áreas rurais a proporção de crianças na mesma faixa etária respondia por 31,5% dos indígenas. Ao mesmo tempo, 23,5% dos indígenas urbanos tinham 45 anos ou mais de idade na data do censo, contra 10% dos indígenas rurais.

Com base no Gráfico 1, vemos que os indígenas residentes nas áreas urbanas apresentaram uma estrutura etária consideravelmente mais envelhecida do que os

residentes nas áreas rurais, o que poderia explicar o menor percentual de indivíduos que já haviam migrado ao menos uma vez. Contudo, a diferença entre taxa e composição obtida pelo método de decomposição da diferença mostra que apenas 18% da diferença dos percentuais de nunca migrantes entre indígenas urbanos e rurais foi influenciado pela estrutura etária dessas populações. Isto é, 82% da diferença é explicada pela interferência de fatores não atrelados à idade da população. A Tabela 1 mostra o exercício de decomposição da diferença para áreas urbanas e rurais das grandes regiões do País.

GRÁFICO 1

Percentual de indivíduos que residiam há menos de 10 anos no município, por idade, segundo a situação do domicílio, para indígenas e não indígenas - Brasil, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Os padrões de migração mais recentes extraídos dos dados de última etapa apresentam dados que indicam um comportamento semelhante. O gráfico 2 mostra o percentual, por idade, dos indígenas e não indígenas que residiam há menos de 10 anos no município,

segundo áreas urbanas e rurais. Percebe-se claramente que, tanto entre os indígenas como entre os não indígenas, há uma maior intensidade migratória nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Entretanto, a diferença entre os indígenas urbanos e rurais é bem mais acentuada do que entre esses dois grupos entre os não indígenas. O percentual de migrantes indígenas nas zonas rurais foi extremamente baixo, não alcançando 10% em nenhum grupo etário, por outro lado, entre os indígenas urbanos a participação dos migrantes é extremamente elevada, superior inclusive ao dos não indígenas urbanos. Em alguns grupos etários, como entre os indígenas urbanos entre 25 e 29 anos de idade, esse percentual chegou a 30% da população. No total, um quinto dos indígenas residentes em áreas urbanas possuía menos de 10 anos de residência ininterrupta no município, enquanto a participação relativa de não indígenas na mesma condição foi um pouco menor, em torno de 15%.

As análises comparadas dos quesitos referentes aos nunca migrantes e aos migrantes de última etapa mostram resultados bastante similares e de acordo com o padrão histórico de migração indígena captados pelo Censo nas últimas décadas. Como o grau de urbanização dos indígenas era de apenas 39%, frente aos 85% dos não indígenas, o comportamento dos residentes em áreas rurais exerceu maior impacto sobre os resultados para o total de indígenas do País, que “carregaram” a elevada imobilidade dos indígenas rurais.

Análises por região

Em primeiro lugar, é preciso atentar para o fato de que os indígenas estão altamente concentrados em algumas Unidades da Federação (UFs). Enquanto a população total do estado do Amazonas equivalia a apenas 1,5% da população brasileira, os indígenas residentes no Estado representavam 20,4% do total de indígenas do País. Por outro lado, os indígenas das duas UFs mais populosas do País, São Paulo e Minas Gerais, não atingiam 10% do total de indígenas registrado no Censo, embora as populações totais dessas duas UFs, somadas, respondessem por cerca de um terço da população do País. A distribuição espacial dos indígenas, em termos de grandes regiões, mostra que 37,1% residiam no Norte, 25,5% no Nordeste, 15,8% no Centro Oeste, 12,3% no Sudeste e 9,3% no Sul. Nesse sentido, os padrões nacionais de migração dos indígenas serão mais

influenciados por aqueles residentes nas regiões Norte e Nordeste que, juntos, representavam quase dois terços da população indígena do País.

Analisando inicialmente a variável sobre os nunca migrantes, vemos que a maioria dos indígenas morava no mesmo município de nascimento nas regiões Norte (89,8%), Sul (77,2%) e Nordeste (69,2%). Na região Sul o percentual foi bem inferior, 57,8%, ao passo que no Sudeste esse percentual foi ainda menor, 42,4%. Os residentes em áreas urbanas apresentaram percentuais mais baixos de indivíduos que nunca residiram fora do município de nascimento em todas as regiões, chegando a apenas 34,8% no Sudeste e 36,4% no Sul. Nessas regiões, os migrantes responderam por quase dois terços dos indígenas, valor inferior inclusive ao do total da população não indígena do País, 58,7%.

Por outro lado, os indígenas residentes em áreas rurais apresentaram altos níveis de imobilidade. Os percentuais mais elevados foram encontrados nas regiões Norte (95,1%) e Centro-Oeste (90,9%), representando quase o total de residentes nessas regiões.

Comparando-se esses percentuais com a média dos indígenas do País, com vistas a mensurar a magnitude da diferença entre os padrões de migração dos indígenas, percebemos que a diferença nos percentuais de residentes no mesmo município de nascimento entre as regiões de maior migração (Sudeste Urbano) e de menor migração (Norte Rural) alcançou 60,3 pontos percentuais.

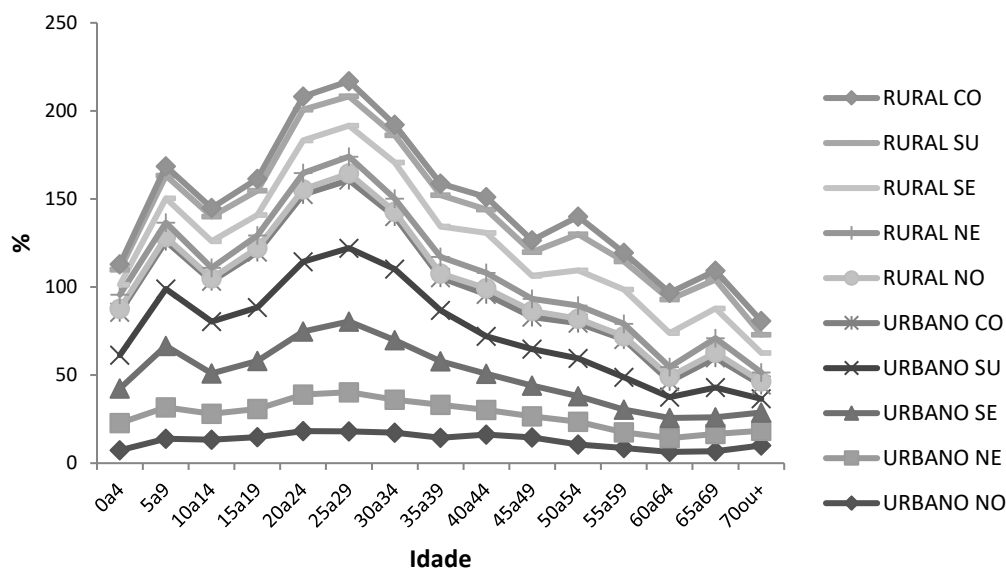
Do mesmo modo que na comparação dos nunca migrantes, verificou-se uma grande heterogeneidade entre as populações selecionadas. Enquanto 11% dos indígenas do Brasil trocaram pelo menos uma vez de município de residência na década anterior ao Censo, em torno de 27% dos indígenas residentes em áreas urbanas da região Sul, 25,4% daqueles que viviam nas áreas urbanas do Centro-Oeste e 23,7% dos que residiam nas áreas urbanas do Sudeste mudaram ao menos uma vez no período em questão. Em relação aos indígenas residentes em áreas rurais, uma proporção bem menor migrou na década de 2000: 2,4% na região Norte, 5,8% no Centro-Oeste e 7,7% no Nordeste. É interessante notar no caso desta variável que, embora ainda existam diferenças marcantes entre as áreas urbanas e rurais do país, os percentuais de indivíduos que mudaram de município nas áreas rurais do Sudeste e Sul são superiores aos daqueles que o fizeram nas áreas urbanas do Norte e bastante próximos das áreas urbanas do Nordeste.

O Gráfico 2 apresenta o percentual de migrantes de última etapa por idade para os 10 estratos espaciais selecionados. Percebe-se claramente, que além da diferença de padrão entre áreas urbanas e rurais destacada na seção anterior, há diferenças regionais significativas.

Com base nos perfis etários exibidos no Gráfico 2, separamos as regiões em três grandes grupos, que exibem visivelmente padrões etários distintos. Esses grupos são compostos: (1) pelas regiões urbanas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com níveis mais elevados de migração, destacando-se a alta intensidade da migração entre os adultos jovens e crianças entre 5 e 9 anos; (2) pelas áreas urbanas do Norte e do Nordeste e as áreas rurais do Sul e do Sudeste, de intensidade migratória intermediária, em níveis menos intensos que no primeiro grupo e maior propensão a migrar entre os indivíduos nas idades adultas jovens, e; (3) pelos residentes nas áreas rurais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cujos percentuais de migração são relativamente muito baixos e sem padrão etário definido.

GRÁFICO 2

Percentual de indígenas que residiam há menos de 10 anos no município, por idade, segundo a situação do domicílio e grande região - Brasil, 2010



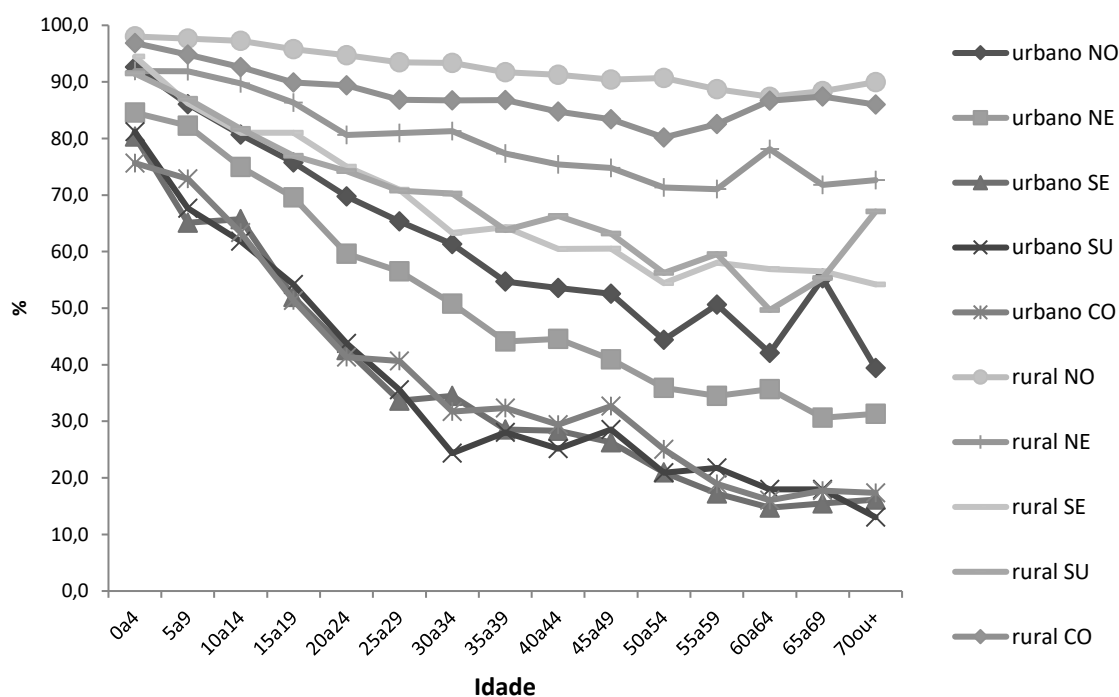
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

A análise do Gráfico 3, que apresenta o percentual de indígenas que residiam no mesmo município em que nasceram, mostra um padrão muito semelhante ao exibido pelo Gráfico

2, que trata da migração da década anterior ao Censo, isto é, um cenário de extrema heterogeneidade entre as regiões escolhidas para a análise. A mesma divisão entre grupos de regiões se aplica aos dados de residentes no município de nascimento, indicando que as migrações recentes tem seguido o mesmo padrão das migrações de toda a vida do indígenas.

GRÁFICO 3

Percentual de indígenas que residiam no mesmo município desde que nasceram, por idade, segundo a situação do domicílio e grande região - Brasil, 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

O resultado de todo esse processo na redistribuição dos indígenas por região pode ser extraído dos dados de data fixa⁶ (TABELA 2).

⁶ Como não é possível conhecer a situação (urbana ou rural) do município de residência anterior, foram analisados apenas os dados referentes à população total de cada grande região.

TABELA 2

Total de indígenas por grande região de residência atual, segundo grande região de residência anterior e total de imigrantes e emigrantes, saldo migratório e total de migrantes intraregionais por grande região – BRASIL, 2010

Região		Residência atual				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Residência anterior	Norte		307	404	117	819
	Nordeste	245		2.307	156	610
	Sudeste	75	1.388		351	385
	Sul	4	62	393		91
	Centro Oeste	192	220	398	326	
Imigrantes		517	1.977	3.502	950	1.905
Emigrantes		1.646	3.318	2.200	550	1.136
Saldo migratório		-1.130	-1.341	1.302	400	769
Migrantes intraregionais		801	1.566	1.040	1.246	677

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Os maiores fluxos populacionais de indígenas foram verificados do Nordeste para o Sudeste. Em seguida, o fluxo inverso, do Sudeste para o Nordeste, foi o mais significativo do período. Os indígenas que saíram da Região Norte dirigiram-se prioritariamente para o Centro-Oeste, sendo que o movimento contrário teve intensidade similar. Analisando o saldo migratório das regiões, vê-se que tanto o Norte como o Nordeste foram as únicas que perderam população, sendo que todas as demais apresentaram saldo migratório positivo no período.

Cabe destacar que, embora 14.179 indígenas tenham mudado de UF nos cinco anos anteriores ao Censo de 2010, 37,5% desses deslocamentos ocorreram entre UFs da mesma região, principalmente no Nordeste e no Sul, responsáveis pelo maior percentual de migrantes intrarregionais do período.

Discussão

Os resultados do Censo 2010 mostram que os declarados indígenas têm migrado relativamente pouco nos últimos anos quando comparados à população não indígena. Contudo, os indígenas apresentam elevada heterogeneidade no comportamento migratório entre as diferentes regiões do país. Os indígenas que viviam nas áreas urbanas migraram mais, superando até a população não indígena que vivia nas mesmas regiões, enquanto os indígenas residentes nas áreas rurais migraram relativamente pouco, em níveis razoavelmente inferiores à população rural não indígena. O fato de a maior parte dos indígenas brasileiros residirem em áreas rurais implica em um maior peso do comportamento migratório desses indivíduos na composição das médias exibidas pelo total dos indígenas do País, explicando assim a razão pela qual elas são menores que as encontradas para não indígenas.

Identificamos três padrões regionais distintos de migração de indígenas no Brasil: o primeiro padrão é marcado por uma pronunciada migração e composto pelos indígenas residentes nas áreas urbanas do Sudeste, Sul e Centro Oeste; seguido por um padrão intermediário de migração formados pelos indígenas do Sudeste e Sul rurais e do Norte e Nordeste urbanos e; o terceiro padrão, caracterizado por uma baixa intensidade migratória, constituído pelos indivíduos declarados indígenas que vivem nas áreas rurais do Norte, Nordeste e Centro Oeste. Chama a atenção a grande diferença exibida pelas áreas urbanas e rurais do Centro Oeste. Conforme destacam Rogers e Castro (1981), os padrões etários de migração caracterizados por picos migratórios nas idades adultas jovens, exibidos no primeiro grupo, indicam a existência de migrações individuais, feitas por indivíduos isolados. Por outro lado, os padrões etários sem picos migratórios pronunciados, como encontrados no terceiro grupo, apontam para a existência de migrações em grupo, de caráter familiar.

Há que se levar em consideração, na interpretação desses resultados, as especificidades do levantamento censitário na captação de padrões de migração da população indígena. Conforme destacado anteriormente, esse instrumento é sensível à interpretação das variáveis pesquisadas, e os quesitos de migração não escapam a esse tipo de problema. É possível que os problemas de captação sejam maiores entre os indígenas rurais, embora não tenhamos como justificar essa afirmação com absoluta certeza. Os dados do Censo mostram que a maior parte dos indígenas que não falavam português no domicílio concentrava-se nas áreas rurais do País, principalmente nas regiões em que a intensidade da migração captada foi mais baixa (IBGE, 2010). Nesse sentido, conclui-se a menor migração verificada nessas áreas pode ter sido influenciada por fatores que prejudicaram a captação da migração com base do Censo. De todo modo, a diferença na intensidade da migração entre as regiões estudadas não pode ser totalmente atribuída a problemas de captação, pois não se pode dizer que houve problemas entre todos os indígenas residentes nas áreas rurais do Brasil. O que se quer afirmar, entretanto, é que nos mesmos contextos socioculturais em que os indígenas migram menos, possivelmente, há fatores que influenciam e dificultam a captação de informações sobre migração a partir do Censo.

A heterogeneidade do espaço onde vivem os indígenas no Brasil determina a seletividade migratória desses indígenas. Os saldos migratórios inter-regionais mostram claramente que há uma migração partindo nas regiões de maior população rural em direção aos centros economicamente mais dinâmicos do País, o que faz com nessas áreas haja um maior percentual de migrantes. Por outro lado, é preciso destacar que os dados mostram que parcela considerável dos fluxos migratórios do período foi realizada entre UFs da mesma região, apontando para a existência de um caráter regional de migração dos indígenas no Brasil.

Considerações finais

As análises realizadas no presente artigo, de caráter pioneiro, buscaram contribuir para o entendimento das migrações de indígenas no Brasil, destacando os padrões agregados de migração de caráter regional que foram captados pelo Censo Demográfico de 2010. Embora esses dados não permitam fazer inferências sobre fatores explicativos e

determinantes localizados dessas migrações, eles nos mostram que as especificidades socioculturais que levam à uma grande heterogeneidade do comportamento migratório dos indígenas, conforme destacado pela literatura consultada, configuraram três padrões regionais definidos de migração indígena nas últimas décadas.

O estudo também destacou as grandes possibilidades de uso de dos dados censitários de migração para estudos de demografia indígenas no Brasil. Um debate importante que tem havido nos estudos populacionais recentes no Brasil é a tentativa compreender qual a parcela das mudanças demográficas do País captadas em nossas bases de dado deve-se à dinâmica demográfica propriamente dita ou a variações dos processos de captação de informações. Ao mesmo tempo que refletem as mudanças na dinâmica demográfica do País, essas fontes também têm sido afetadas por variações significativas de qualidade e cobertura (IBGE, 2010). Nesse sentido, as análises realizadas no presente artigo, intencionalmente direcionadas a problematização dos censos como instrumento de estudo da dinâmica demográfica dos povos indígenas, contribuem para o debate atual em vigor no País sobre as transições verificadas tanto nos fatos demográficos como em suas fontes de informação.

Referências

- BORJAS, G. J. (1996) **Labor Economics**. New York: Mac Graw Hill, cap. 9, p 279-317.
- CAMPOS, M. B.; (2015) **Seletividade e Migração**. In: BRUNO, Miguel.. (Org.). População, Espaço e Sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: IBGE, v. , p. 187-202.
- DE JONG, G.F.; GARDNER, R.W (Eds.). (1981) **Migration decision making: multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries**. New York: Pergamon Press.
- ESTANISLAU, B. R. (2014). **A eterna volta: migração indígena e Pankararu no Brasil**. 106f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2012) **Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas**. Rio de Janeiro. pp. 1-245.
- LEE, E. S. **A Theory of Migration**. (1966) Demography, Seattle, v. 3, n. 1, p. 47-57, Jan.
- OLIVEIRA, J. P. (1996) **Viagens de Ida, de Volta e outras viagens; os movimentos migratórios e as sociedades indígenas**. Travessia - Revista do Migrante. Centro de Estudos Migratórios (CEM) Jan.-Abr. pp. 5-9.
- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (orgs). (2005) **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ABEP.
- PEREIRA, N.O.M.; SANTOS, R.V.; WELCH, J.R.; SOUZA, L.G; COIMBRA JR., C.E.A. (2009) Demography, territory, and identity of indigenous peoples in Brazil: the Xavante indians and the 2000 brazilian national census. **Human Organization**, v. 68, n. 2, p. 166-180.
- ROGERS, A.; CASTRO, L. (1981) **Model migration schedules**. Luxemburg: IASA,. (Research Report,81-30).